

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**Cria a comarca de Cidelândia e dá outras providências.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica criada a Comarca de Cidelândia, desmembrada da Comarca de Açailândia, com o Termo Judiciário de Vila Nova dos Martírios, desmembrado da Comarca de São Pedro da Água Branca.

**Art. 2º** Enquanto não instalada a comarca criada por esta Lei Complementar, o Município de Cidelândia permanecerá Termo Judiciário da Comarca de Açailândia.

§ 1º Enquanto não instalada a Comarca de Cidelândia, o Município de Vila Nova dos Martírios permanecerá Termo Judiciário de Imperatriz.

§ 2º Instalada a Comarca de Cidelândia e enquanto não instalada a Comarca de São Pedro de Água Branca, o Município de São Pedro de Água Branca será Termo Judiciário da Comarca de Cidelândia.

**Art. 3º** Ficam criados para a Comarca de Cidelândia os seguintes cargos:

- I – um cargo de juiz de direito;
- II – um cargo em comissão de secretário judicial;
- III – um cargo de assessor de juiz;
- IV – dois cargos de oficial de justiça;
- V – três cargos de técnico judiciário;
- VI – dois cargos de auxiliar judiciário.



**Art. 4º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping letters, likely representing the initials of the signatory.

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Em visita aos municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, Vila Nova dos Martírios e São Pedro de Água Branca, constatamos as dificuldades de acesso da população aos serviços do Poder Judiciário, haja vista, principalmente, as distâncias desses municípios às sedes das comarcas de Açailândia e Imperatriz. Distam oitenta quilômetros de São Francisco do Brejão a Açailândia, e noventa quilômetros de Cidelândia a Açailândia. Já São Pedro de Água Branca e Vila Nova dos Martírios estão a mais de 150 quilômetros da Comarca de Imperatriz.

Segundo o § 4º do art. 6º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, são requisitos para a criação de comarca o número mínimo de cinco mil eleitores e vinte mil habitantes no termo sede da nova comarca. O Município de Cidelândia possui mais de dez mil eleitores e quase treze mil habitantes, sem incluir o termo de Vila Nova dos Martírios com 9.200 habitantes, totalizando a nova comarca assim mais de 21.500 habitantes.<sup>1</sup>

Por outro lado o § 6º do mesmo art. 6º do Código de Divisão e Organização Judiciárias prevê a possibilidade do Plenário dispensar os requisitos referidos caso haja interesse da Justiça e pensamos que a distância do termo sede da comarca dificultando o acesso da população aos serviços do Judiciário seja motivo suficiente para essa dispensa. É bom lembrar que por diversas vezes o Plenário já dispensou o requisito população como acontece com várias comarcas.

Das 93 comarcas de entrância inicial, mais de dois terços (63 comarcas) tem no termo sede menos de vinte mil habitantes. São as comarcas: Alto Parnaíba - termo único (10.640 hab); Bacuri (16.585 hab); Barão de Grajaú - termo único (17.231 hab); Benedito Leite - termo único (5.567 hab); Cândido Mendes (19.684 hab); Cantanhede (19.564 hab); Cedral (10.152 hab); Esperantinópolis (18.615 hab); Fernando Falcão - termo único (8.765 hab); Fortaleza dos Nogueiras - termo único (11.972 hab); Fortuna (14.922 hab); Gonçalves Dias (16.911 hab); Governador Eugênio Barros (16.503 hab); Guimarães - termo único (12.740 hab); Igarapé Grande (11.121 hab); Joselândia (16.188 hab); Lago Verde (15.103 hab); Loreto (10.701 hab); Magalhães de Almeida - termo único (14.808

<sup>1</sup> Dados ainda não atualizados pelo Censo de 2010.



hab); Maracaçumé (18.414 hab); Mata Roma - termo único (14.491 hab); Mirador - termo único (19.991 hab); Miranda do Norte (18.494 hab); Mirinzal (14.911 hab); Montes Altos (8.914 hab); Morros (17.916 hab); Olho D'Água das Cunhas - termo único (17.923 hab); Olinda Nova do Maranhão - termo único (12.684 hab); Passagem Franca (17.898 hab); Pastos Bons (18.306 hab); Paulo Ramos (16.236 hab); Peritoró - termo único (19.817 hab); Poção de Pedras - termo único (15.533 hab); Presidente Vargas - termo único (10.191 hab); Primeira Cruz - termo único (12.493 hab); Santo Amaro do Maranhão - termo único (11.693 hab); Santo Antonio dos Lopes (14.663 hab); São Benedito do Rio Preto - termo único (17.818 hab); São Domingos do Azeitão - termo único (7.252 hab); São Francisco do Maranhão - termo único (14.801 hab); São João Batista - termo único (18.570 hab); São Luiz Gonzaga do Maranhão - termo único (19.877 hab); São Pedro da Água Branca (11.481 hab); São Raimundo das Mangabeiras (16.594 hab); Senador La Roque - termo único (19.359 hab); Sitio Novo - termo único (16.086 hab); Sucupira do Norte - termo único (10.535 hab); e Tasso Fragoso - termo único (6.890 hab).

Das razões objetivamente consideradas acima, tem-se como absolutamente justificado o projeto à epígrafe.

São Luis, 16 de novembro de 2010.

Desembargador Cleones Carvalho Cunha

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

*De acordo*  
*S. Luis, 24.11.2010*

Des. Antonio Guerreiro Júnior  
Corregedor Geral da Justiça

## Estimativa Anual de Impacto Orçamentário/Financeiro - Projeto de Criação da Comarca de Cidelândia

O impacto orçamentário **anual** da Proposta, expressa-se pelos seguintes valores - em Real:

	2010	2011	2012
<b>1. Impacto bruto</b>	<b>747.248</b>	<b>747.248</b>	<b>747.248</b>
O enquadramento do Projeto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF está demonstrado como segue:			
<b>2. Estimativa - Receita Corrente Líquida</b>	<b>6.488.286.172</b>	<b>7.072.096.000</b>	<b>7.708.436.482</b>
2.1 Limite legal (6% da RCL)	389.297.170	424.325.760	462.506.189
2.2 Limite prudencial (5,7% da RCL)	369.832.312	403.109.472	439.380.879
<b>3. Estimativa de Custo Pessoal - Exercício Financeiro</b>	<b>364.525.404</b>	<b>396.031.499</b>	<b>430.985.367</b>
3.1 - Estimativa Custo Adicional Pessoal	1.123.839	17.406.838	23.671.958
Reajuste Subsídio		7.585.065	8.343.571
Reajuste Anual de Servidores			11.620.819
Progressões	1.123.839	6.100.000	3.707.568
Instalação de Varas		3.721.774	
<b>3.2 - Custo Anual do Projeto</b>	<b>747.248</b>	<b>747.248</b>	<b>747.248</b>
Criação de um Cargo de Juiz de Direito	328.862	328.862	328.862
Criação de um Cargo em Comissão de Secretário Judicial	79.020	79.020	79.020
Criação de um Cargo de Assessor de Juiz	58.330	58.330	58.330
Criação de dois Cargos de Oficial de Justiça	123.366	123.366	123.366
Criação de três Cargos de Técnico Judiciário	104.910	104.910	104.910
Criação de dois Cargos de Auxiliar Judiciário	52.760	52.760	52.760
3.3 - Créditos orçamentários necessários no exercício financeiro	62.271	747.248	747.248
<b>4. Percentual da RCL Utilizado (3.3 / 2)</b>	<b>5,62%</b>	<b>5,61%</b>	<b>5,60%</b>
<b>5. Margens de Crescimento:</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,70%</b>
<b>5.1 Margem de crescimento legal (2.1 - 3 - 3.1 - 4.1)</b>	<b>24.709.495</b>	<b>27.547.013</b>	<b>30.773.574</b>
<b>5.2 Margem de crescimento prudencial (2.2 - 3 - 3.1 - 4.1)</b>	<b>5.244.637</b>	<b>6.330.725</b>	<b>7.648.264</b>

O Custo total para o projeto mencionado está compreendido nos limites de gastos com pessoal previstos na LRF.

Obs: não está incluído o impacto orçamentário relativo a Lei Complementar nº 127/2009

São Luís, 23 de Novembro de 2010.

  
**LUIZ CARLOS CALVET DE AQUINO**  
 Diretor Financeiro